



POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO AMAZONAS

EDITAL 02/2021

MANHÃ

ESCRIVÃO DE POLÍCIA – 4ª CLASSE

NÍVEL SUPERIOR TIPO 1 – BRANCA



SUA PROVA

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta.
- Além deste caderno contendo oitenta questões objetivas e uma questão discursiva, você receberá do fiscal de prova o cartão de respostas e uma folha de textos destinada à resposta definitiva da questão discursiva.



TEMPO

- Você dispõe de **4 horas e 30 minutos** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas e da folha de textos definitivos.
- **2 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de prova.
- A partir dos **30 minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de prova**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova.
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de prova.
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala.
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências.
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas e a folha de textos definitivos.
- Para preencher o cartão de respostas e a folha de textos definitivos, use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul.
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s).
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas e sua folha de textos definitivos, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala.
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas e da sua folha de textos definitivos.
- O preenchimento é de sua responsabilidade e **não será permitida a troca do cartão de respostas e da folha de textos definitivos em caso de erro do candidato**.
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas e na folha de textos definitivos.
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença da sala.
- Durante a realização das provas, quando do ingresso e da saída de sanitários, os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais.
- **Boa sorte!**

Língua Portuguesa

As questões desta prova se apoiam em pequenos textos e tentam avaliar a sua capacidade de interpretar e compreender, assim como a de redigir de forma correta e adequada.

1

Em muitas frases estabelecemos comparações entre elementos do texto, tanto de forma objetiva como se forma figurada.

Assinale a frase abaixo que não exemplifica qualquer tipo de comparação.

- (A) O disco luminoso do sol se destacava no céu da manhã.
- (B) O goleiro da seleção alemã foi um paredão no jogo.
- (C) A chuva levou a reboque uma montanha de galhos.
- (D) Uma fila de ônibus buzina sem parar.
- (E) A noite caiu mais cedo, ocultando as formas.

2

Muitos escritores reformulam imagens bastante repetidas em nosso idioma, dando-lhes novos valores.

Assinale a frase a seguir em que isso ocorre.

- (A) A polícia prendeu o gastrônomo em flagrante delícia.
- (B) O ouro negro do petróleo jorrou no Kuwait.
- (C) Para todos a água é um precioso líquido.
- (D) Todos foram à praia em pleno verão.
- (E) Os elefantes mostram uma força descomunal.

3

Assinale a frase publicitária que não se utiliza de um duplo sentido.

- (A) Nesta padaria, os donos também metem a mão na massa.
- (B) Neste livro, as páginas de memórias ruins estão em branco.
- (C) Nesta livraria, os livros estão empilhados nos balcões.
- (D) Nesta confeitaria, tudo é doce.
- (E) Este é um vinho seco, não molha a garganta.

4

Nos dicionários, as palavras dos verbetes são geralmente definidas e essas definições começam por um termo de valor geral (hiperônimo).

Identifique a definição a seguir em que o termo inicial de caráter geral foi bem escolhido.

- (A) O caderno é um utensílio escolar.
- (B) O jogador é um personagem do futebol.
- (C) O martelo é um objeto do carpinteiro.
- (D) O cachorro é um réptil muito amado.
- (E) O grafiteiro é um escultor mal compreendido.

5

Um fenômeno bastante comum em nossa língua é o emprego numeroso de anglicismos, ou seja, vocábulos provenientes da língua inglesa.

Assinale a frase em que o estrangeirismo está adequadamente substituído por palavra portuguesa.

- (A) O *shopping* tem horário de funcionamento colocado em pequeno cartaz na porta / loja.
- (B) Os comerciantes deviam fazer estudos de *marketing*, antes de abrirem seus estabelecimentos / economia.
- (C) A modelo dizia jamais ter usado *shampoo* brasileiro, por sua má qualidade / sabonete bactericida.
- (D) Os meninos de hoje trocam qualquer atividade por um *game* / jogo de cartas.
- (E) Obteve todas essas informações no *site* da própria empresa / sítio.

6

Observe a seguinte frase:

“O neurótico constrói um castelo no ar. O psicótico mora nele. O psiquiatra cobra o aluguel.”

(Jerome Lawrence)

Se trocarmos a pontuação entre as frases por conectivos, a forma adequada será:

- (A) O neurótico constrói um castelo no ar, mas o psicótico mora nele ao passo que o psiquiatra cobra o aluguel.
- (B) O neurótico constrói um castelo no ar enquanto o psicótico mora nele e o psiquiatra cobra o aluguel.
- (C) O neurótico constrói um castelo no ar embora o psicótico more nele, mas o psiquiatra cobra o aluguel.
- (D) O neurótico constrói um castelo no ar e o psicótico mora nele, contudo o psiquiatra cobra o aluguel.
- (E) O neurótico constrói um castelo no ar ainda que o psicótico more nele, enquanto o psiquiatra cobra o aluguel.

7

Observe a pequena fábula abaixo:

“Um cão atravessava um pequeno rio com um pedaço de carne na boca. Ao ver a sua imagem refletida na água, pensou que se tratava de um outro cão, com um pedaço de carne muito maior do que o seu. Abandonou o seu pedaço e, por ganância, perdeu o seu almoço.”

(Esopo)

O segmento sublinhado corresponde a uma explicação, que tem a função no texto de

- (A) dar uma informação nova ao leitor.
- (B) criar uma sensação de realidade e não de ficção.
- (C) atrasar a ação da fábula, para criar suspense.
- (D) justificar outra ação da narrativa.
- (E) caracterizar o cão como ganancioso.

8

O raciocínio abaixo é construído a partir de uma estratégia:

“Examinando as jabuticabeiras de seu terreno, chegou à conclusão de que o melhor seria contratar um engenheiro agrônomo que pudesse auxiliá-lo no controle de pragas”.

A estratégia utilizada pode ser explicada do seguinte modo:

- (A) vai do particular para o geral.
- (B) parte do todo para as partes.
- (C) estabelece uma relação de causa e efeito.
- (D) se fundamenta em experiências pessoais.
- (E) cria uma analogia entre ideias.

9

Assinale a frase em que se comete um **erro** de grafia.

- (A) A seção em que trabalho é a mais procurada.
- (B) A adolescência é uma fase difícil.
- (C) Essas coisas nunca passam despercebidas.
- (D) Nunca mais vi aqueles facínoras.
- (E) Chegaram as encomendas através do correio.

10

Uma frase de Nietzsche diz:

“O aumento da sabedoria pode ser medido com exatidão pela diminuição do mau humor”.

Essa frase significa que

- (A) quanto mais sabemos, mais aumentamos nosso mau humor.
- (B) quanto menos sabemos, mais aumentamos nosso mau humor.
- (C) quanto menos sabemos, menos diminui nosso mau humor.
- (D) o aumento da sabedoria está em relação direta com o mau humor.
- (E) há uma relação inversa entre o aumento da sabedoria e o do mau humor.

Raciocínio Lógico-Matemático

11

Sabe-se que a sentença “Se a camisa é azul, então a calça não é branca ou o boné é preto” é FALSA.

É correto então concluir que

- (A) a camisa não é azul, a calça não é branca, o boné não é preto.
- (B) a camisa é azul, a calça não é branca, o boné é preto.
- (C) a camisa não é azul, a calça não é branca, o boné é preto.
- (D) a camisa é azul, a calça é branca, o boné não é preto.
- (E) a camisa não é azul, a calça é branca, o boné é preto.

12

Geraldo resolveu se desfazer de sua coleção de miniaturas.

Assim, ele deu $\frac{2}{5}$ das suas miniaturas para seu irmão Gerson; das que sobraram, ele deu $\frac{1}{3}$ para seu irmão Gilson e as 48 restantes ele deu para sua irmã Glória.

O número de miniaturas que Gilson recebeu foi

- (A) 12.
- (B) 16.
- (C) 18.
- (D) 24.
- (E) 48.

13

Em um grupo de 64 policiais civis e militares, 24 são civis. Metade dos policiais militares é casada e há um total de 36 policiais solteiros.

Nesse grupo, o número de policiais civis casados é igual a

- (A) 8.
- (B) 10.
- (C) 12.
- (D) 13.
- (E) 16.

14

O valor de x que satisfaz a equação

$$\frac{1}{3} + \frac{1}{2 - \frac{x}{4}} = \frac{2}{5}$$

é tal que

- (A) $x > 10$.
- (B) $0 < x < 10$.
- (C) $-10 < x < 0$.
- (D) $-20 < x < -10$.
- (E) $x < -20$.

15

Um dado comum, com as faces numeradas de 1 a 6, é lançado 3 vezes. A probabilidade de a soma dos 3 números obtidos ser igual a 16 é

- (A) $\frac{1}{16}$.
- (B) $\frac{1}{18}$.
- (C) $\frac{1}{36}$.
- (D) $\frac{1}{54}$.
- (E) $\frac{1}{108}$.

Geografia do Amazonas e História do Amazonas

16

“Na última década, a Amazônia tem sido foco de atenção mundial devido à sua riqueza mineral, à sua grande biodiversidade de espécies florestais e também pelos efeitos que o desmatamento em grande escala pode provocar no clima regional e global.”

(FISH, Gilberto et al. Uma revisão geral sobre o clima da Amazônia. CTA. São José dos Campos. 1998.)

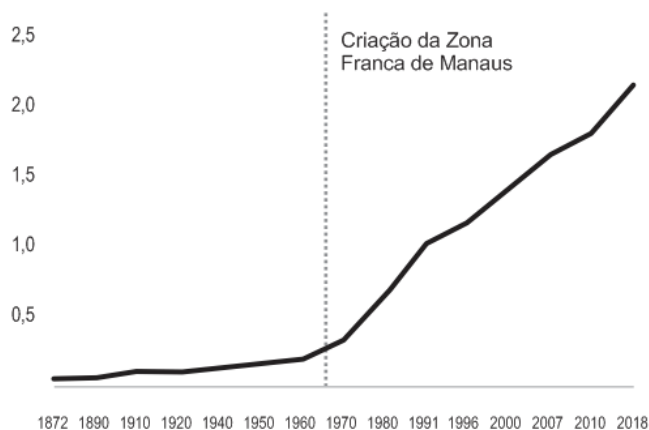
São efeitos que o desmatamento em grande escala pode provocar no clima regional

- (A) a diminuição do calor absorvido pela superfície, a redução da evaporação e o aumento da convergência da umidade.
- (B) a diminuição da temperatura a nível sazonal, o aumento das temperaturas máximas e maiores amplitudes térmicas anuais.
- (C) o aumento da temperatura do ar próximo à superfície, o aumento da evapotranspiração e a redução da amplitude térmica anual.
- (D) a maior variação sazonal da temperatura, o maior aquecimento na estação seca e a menor transferência de ar frio das latitudes extratropicais.
- (E) o aumento de temperatura do ar próximo à superfície, a redução nos totais de evaporação e precipitação e o prolongamento da estação seca.

17

Analise o gráfico a seguir.

População total do município de Manaus (1872-2018)
(em milhões)



(Fonte: IBGE, extraído do IPEADATA. Elaboração própria. Adaptado.)

O gráfico mostra que, a partir de 1970, a população de Manaus tem um crescimento acelerado. As opções a seguir apresentam causas desse crescimento, à exceção de uma. Assinale-a.

- (A) O afluxo dos movimentos migratórios.
- (B) A atratividade do mercado de trabalho do setor industrial.
- (C) O aumento dos deslocamentos periferia-centro-periferia.
- (D) A diversificação do mercado de trabalho no setor de serviços.
- (E) A maior renda per capita dos trabalhadores do polo industrial.

18

A respeito do Diretório dos Índios, publicado em 1757 e aplicado em toda a América Portuguesa no ano seguinte, leia as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

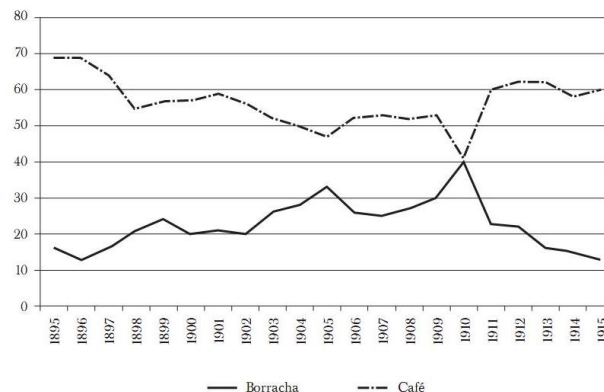
- () Manifestava o projeto colonizador de "civilizar" os nativos mediante a educação e o trabalho, alçando-os à condição de súditos de Sua Majestade.
- () Apoiava a fundação de vilas nos lugares das antigas aldeias missionárias, medida de caráter estratégico, pois visava o povoamento e a defesa das fronteiras.
- () Modificava a legislação indigenista vigente, estabelecendo que o poder temporal sobre os nativos livres da escravidão seria exercido por diretores seculares.

As afirmativas são, de cima para baixo,

- (A) V – V – F.
- (B) V – F – F.
- (C) F – V – V.
- (D) F – V – F.
- (E) V – V – V.

19

Observe o gráfico a seguir, sobre a participação da borracha e do café na exportação total do Brasil, entre 1895 e 1915, em porcentagem:



Com base no gráfico, é correto afirmar que, no período considerado,

- (A) a produção de borracha foi crescente até 1910, quando a queda no fluxo de imigração do Nordeste impactou a produtividade dos seringais.
- (B) o látex amazônico alcançou 70% do total das exportações brasileiras, seguido apenas pelo café, cujo preço estava em queda no início do século XX.
- (C) a demanda de borracha cresceu no decorrer da primeira década do século XX, em função da descoberta recente do processo de vulcanização.
- (D) o peso da borracha na pauta de exportação nacional se refletia nas negociações diplomáticas do Barão do Rio Branco para a aquisição do território do Acre no início do século XX.
- (E) a adoção da borracha sintética pela indústria automobilística, mais barata e durável, diminuiu a demanda pela borracha natural brasileira, no contexto da Primeira Guerra Mundial.

20

Na virada do século XIX para o século XX, a exportação da borracha amazônica ocupava um lugar de destaque na pauta brasileira de exportações, propiciando visibilidade à elite urbana amazonense, cujo emblema era o Teatro Amazonas de Manaus (1896).

Assinale a afirmativa que descreve corretamente em que medida o Teatro Amazonas expressava o universo cultural da sociedade amazonense.

- (A) A frequência ao teatro propiciava à elite estabelecer laços e consolidar-se como grupo de poder e prestígio, projetando-se como símbolo de civilização e cosmopolitismo.
- (B) A construção do teatro fazia parte da transformação de Manaus na "Paris dos Trópicos", pautada em um processo de integração de todos os setores sociais ao tecido urbano.
- (C) A arquitetura imponente e eclética do teatro simbolizava a *Belle Époque* amazônica, com sua mistura de arte clássica, gótica e renascentista, valorizada pelos barões da borracha.
- (D) A preferência por óperas românticas, apresentadas no teatro, mostrava como planejava-se produzir um hibridismo cultural, civilizando os espectadores indígenas e nacionalizando a elite.
- (E) A cúpula do teatro era revestida em cerâmica esmaltada e telhas vitrificadas em verde, azul e amarelo, em analogia ao projeto de integração de todos os brasileiros à modernidade.

Noções de Informática

21

Considere o extrato da letra da música *O Pato*, de Vinicius de Moraes, exibido a seguir.

Lá vem o pato

Pato aqui pato acolá

Lá vem o pato para ver o que é que há

Uma busca no Word 2010 nessas linhas, na qual as opções “Usar caracteres curinga” e “Ignorar caracteres de pontuação” foram acionadas, localizou ocorrências em quatro trechos distintos.

Assinale o texto digitado na caixa *Localizar* nessa busca.

- (A) ?á
- (B) *ato
- (C) [!pato]
- (D) q?e
- (E) pato

22

Sobre o uso de tabelas no Word 2010, analise as seguintes afirmativas.

- I. Não é possível mesclar células de diferentes linhas.
- II. Em tabelas que se estendem por várias páginas, é possível repetir uma linha como cabeçalho em cada página.
- III. É possível inserir uma nova tabela x numa célula de uma tabela y, mas nesse caso não é possível inserir uma nova tabela numa célula de x.

Somente está correto o que se afirma em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

23

No contexto do MS Excel 2010, considere as seguintes regiões de uma planilha:

W2:AB9

Y4:AZ5

AA5:AD10

Assinale a região que compreende exclusivamente todas as células comuns às regiões acima.

- (A) Y4:AD5
- (B) AA2:AB8
- (C) Y4:AD10
- (D) AA5:AB5
- (E) AA6:AB8

24

Numa planilha nova do Excel 2010, Mariana digitou o valor 1 na célula A1, e digitou a fórmula “=A1+A1” na célula B2. Em seguida, copiou a célula B2 e colou na região C3:J10.

Assinale o valor exibido na célula J10 após essas operações.

- (A) 0 (zero)
- (B) 10
- (C) 20
- (D) 64
- (E) 512

25

O navegador Google Chrome permite a configuração de um item importante na utilização da Internet; ao configurá-lo, as opções usuais são as que seguem:

- Google
- Bing
- Yahoo!Brasil
- DuckDuckGo
- Ecosia

Assinale o objeto dessa configuração.

- (A) Aparência.
- (B) E-mail.
- (C) Máquina de busca.
- (D) Menus PopUp.
- (E) Navegador padrão.

Conhecimentos Específicos

Noções de Administração

26

Um adolescente conseguiu um trabalho como jovem aprendiz em uma secretaria municipal. Antes de iniciar seu trabalho, ele precisa entender o que significa “um grupo estruturado de pessoas, com propósitos comuns, que se juntam para alcançar objetivos compartilhados”.

O significado a ser compreendido é o de

- (A) coordenação.
- (B) eficiência.
- (C) organização.
- (D) processo.
- (E) recurso.

27

Um analista foi promovido a supervisor há 6 meses. Desde então, ele percebeu que suas principais ações envolvem apartar disputas, aplicar sanções e resolver crises. Entende-se, assim, que seu principal papel é o de

- (A) disseminador.
- (B) empreendedor.
- (C) porta-voz.
- (D) símbolo.
- (E) solucionador de conflitos.

28

Um médico assumiu recentemente um cargo elevado de gerência em um hospital público. Ele tem tido dificuldade em compreender quais seriam suas funções. Ao realizar o convite para o cargo, o Secretário de Saúde disse a ele que contava com sua atuação na definição de objetivos e estratégias de ação para o hospital.

Nesse caso, o Secretário espera que o médico desenvolva a função administrativa de

- (A) controle.
- (B) direção.
- (C) monitoramento.
- (D) organização.
- (E) planejamento.

29

Para que os princípios de organização sejam implantados, é importante reconhecer a necessidade de desenvolver diferentes áreas funcionais especializadas que cuidam de aspectos igualmente relevantes de uma empresa. Num contexto de escassez, a área funcional que cuida da determinação e garantia de suprimento das necessidades de insumos e materiais (quantidade e prazos) necessários à produção é essencial.

Essa área funcional é conhecida como

- (A) financeiro.
- (B) gestão de estoques.
- (C) recursos humanos.
- (D) marketing.
- (E) distribuição.

30

Os administradores devem alcançar um bom balanceamento no exercício das funções que desempenha; entretanto, sabe-se que, em função da descentralização das atividades em níveis organizacionais, esse balanceamento dependerá do nível de atuação do administrador na estrutura organizacional.

Nesse sentido, espera-se que um administrador que atue no nível operacional desenvolva

- (A) supervisão de primeira linha.
- (B) determinação dos objetivos estratégicos.
- (C) desenho da estrutura organizacional.
- (D) definição das diretrizes corporativas.
- (E) controles globais de desempenho.

31

Uma organização decidiu reorganizar seu organograma por tipos de atividades como gestão de pessoas, gestão de materiais, finanças e *marketing*.

O critério de departamentalização adotado pela organização é por

- (A) cliente.
- (B) função.
- (C) produto.
- (D) projeto.
- (E) território.

32

Um gestor de nível médio precisa realizar a função controle adequada ao seu nível de atuação.

Para tal, ele deve realizar atividades relacionadas a

- (A) comparar o desempenho esperado e o alcançado.
- (B) definir planos e metas para empresa.
- (C) manualizar processos e procedimentos.
- (D) montar uma equipe com atribuições específicas.
- (E) realizar uma atividade da produção.

33

Um supervisor utilizou-se de mecanismo de recompensa previsto nas políticas da empresa para gratificar um funcionário pelo bom desempenho de suas tarefas, concedendo-lhe um dia de folga.

Essa forma de controle é do tipo

- (A) autocontrole.
- (B) excepcional.
- (C) formal.
- (D) social.
- (E) técnico.

34

Um analista de RH recomendou a um gerente que, para compreender o comportamento das pessoas na sua equipe, ele deveria levar em consideração as forças internas de uma pessoa que afetam a direção, intensidade e a persistência do seu comportamento.

A recomendação do analista está assentada no conceito de

- (A) coerção.
- (B) *feedback*.
- (C) legitimidade.
- (D) motivação.
- (E) reciprocidade.

35

Um supervisor gostaria de melhorar a capacidade de comunicação com a equipe devido ao trabalho remoto ocorrerem desencontro de informações de várias fontes, gerando desentendimentos.

Assim, ele decidiu adotar a comunicação por e-mail, pois esse recurso permite

- (A) comunicação de emoções por meio de texto.
- (B) envio formal de informações para tomada de decisão.
- (C) *feedback* mais rápido do que outros canais.
- (D) redução do volume e fluxo de informações.
- (E) solução rápida de situações ambíguas e complexas.

Noções de Arquivologia

36

Conforme a Lei nº 8.159/1991, também conhecida como a Lei de Arquivos, é dever do Poder Público a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação.

A instituição arquivística competente sobre a Polícia Civil do Estado do Amazonas é

- (A) a Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas.
- (B) o Conselho Nacional de Arquivos.
- (C) o Arquivo Nacional.
- (D) o Arquivo Público do Estado do Amazonas.
- (E) o Arquivo da Polícia Civil do Estado do Amazonas.

37

No contexto dos órgãos públicos, existem unidades administrativas denominadas de protocolo, protocolo e arquivo, comunicações administrativas ou serviço de comunicações. O protocolo, do ponto de vista arquivístico, é um serviço com funções bem específicas.

Assinale a opção em que estão elencadas as atribuições do protocolo de acordo com a literatura arquivística.

- (A) Fases corrente, intermediária e permanente.
- (B) Recebimento, classificação, registro, distribuição, controle da tramitação e expedição de documentos.
- (C) Produção, uso e destinação dos documentos.
- (D) Estoque, destinação, controle e permanente.
- (E) Morto, intermediário, vivo e em uso.

38

De acordo com a Unesco – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, a aplicação de um programa de gestão de documentos pode se dar em quatro níveis.

O nível no qual a instituição conta ao menos com programas de retenção e eliminação de documentos e define procedimentos para recolher à instituição arquivística pública aqueles de valor permanente é o

- (A) nível excelente.
- (B) nível intermediário.
- (C) nível mínimo ampliado.
- (D) nível máximo.
- (E) nível mínimo.

39

Devemos entender por ciclo vital dos documentos as sucessivas fases por que passam os documentos de um arquivo, desde a produção até a guarda permanente ou eliminação. A fase da gestão de documentos que compreende os elementos de controle relacionados às atividades de protocolo e às técnicas específicas de classificação, organização e elaboração de instrumentos de recuperação da informação, além da gestão de arquivos correntes e intermediários, é a

- (A) 1ª Fase – Produção.
- (B) 2ª Fase – Utilização.
- (C) 3ª Fase – Destinação.
- (D) 4ª Fase – Permanente.
- (E) 5ª Fase – Histórico.

40

A classificação é uma atividade essencial ao processo de gestão de documentos de arquivo. Acerca do tema, analise os itens a seguir.

- I. A classificação se realiza pela análise e identificação apenas do conteúdo dos documentos.
- II. A classificação é usada com o objetivo de reunir os documentos que tratam de uma mesma atividade, como forma de agilizar sua recuperação e facilitar as tarefas arquivísticas relacionadas com a avaliação, seleção, eliminação, transferência, recolhimento e acesso a esses documentos.
- III. A classificação deve, preferencialmente, ser implementada quando da realização das atividades de recebimento e registro.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

41

De acordo com a literatura arquivística, o valor atribuído a um documento em função do interesse que possa ter para outros usuários, tendo em vista sua utilidade para fins diferentes daqueles para os quais foi originalmente produzido é denominado valor

- (A) primário.
- (B) secundário.
- (C) terciário.
- (D) de prova.
- (E) corrente.

42

Os autores Jean-Yves Rosseau e Carol Couture propuseram o estabelecimento de sete funções arquivísticas, a saber: produção/criação, avaliação, classificação, descrição, difusão, preservação e aquisição. Identifique a opção que apresenta uma atividade arquivística típica dos arquivos permanentes.

- (A) avaliação.
- (B) criação.
- (C) classificação.
- (D) descrição.
- (E) produção.

43

De acordo com Eliezer Pires da Silva (2009), a partir do século XIX emergiu uma visão dos arquivos que se relaciona com a invenção das tradições nacionais como via explicativa para a constituição do modelo de instituição arquivística para a custódia de acervos culturalmente importantes de um país. Nesse contexto, destaca-se a experiência francesa na formulação de argumentos conceituais sobre elementos constitutivos da totalidade de cada arquivo enquanto conjunto de documentos.

O conceito arquivístico em que o arquivo produzido por uma entidade coletiva, pessoa ou família não deve ser misturado aos de outras entidades produtoras é denominado

- (A) ordem original.
- (B) princípio da proveniência.
- (C) gestão de documentos.
- (D) avaliação arquivística.
- (E) classificação arquivística.

44

De acordo com o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), a deterioração natural dos suportes dos documentos ao longo do tempo ocorre por reações químicas que são aceleradas por flutuações e extremos de temperatura e umidade relativa do ar. O CONARQ recomenda faixas de temperatura e umidade relativa que devem ser obtidas por meio de equipamentos mecânicos bem dimensionados para o armazenamento adequado de registros.

No caso dos registros magnéticos a faixa recomendada é

- (A) T 18°C ± 1°C e UR 40% ± 5%.
- (B) T 12°C ± 1°C e UR 35% ± 5%.
- (C) T 5°C ± 1°C e UR 35% ± 5%.
- (D) T 22°C ± 1°C e UR 60% ± 5%.
- (E) T 30°C ± 1°C e UR 55% ± 5%.

45

Avalie se os documentos de guarda permanente devem abranger, entre outros:

- I. os documentos relativos à origem, aos direitos e aos objetivos do órgão ou entidade;
- II. aqueles documentos de interesse corrente, que não possuem valor administrativo, legal ou fiscal para o órgão ou entidade;
- III. os documentos cujas características extrínsecas sejam de valor artístico e cultural.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

Noções de Direito Constitucional

46

A Lei federal XX assegurou determinado direito prestacional a todos aqueles que preenchessem os requisitos por ela estabelecidos. Apesar de João ter preenchido esses requisitos, no momento em que compareceu à repartição pública para requerer a fruição do direito, foi informado que a Lei federal XX fora alterada no dia anterior pela Lei federal YY, sendo o benefício modificado tanto em relação aos requisitos como em relação aos valores. João ficou profundamente decepcionado, já que preencheria os requisitos da Lei federal XX, mas não os da Lei federal YY.

Ao procurar um advogado, foi informado corretamente que a sua situação jurídica deve ser regida pela

- (A) Lei federal YY, desde que ela tenha cláusula expressa de retroatividade.
- (B) Lei federal XX, embora não tenha requerido a fruição do direito prestacional até a edição da Lei federal YY.
- (C) Lei federal YY, já que não requereu a fruição do direito prestacional antes da modificação da Lei federal XX.
- (D) combinatória das Leis federais XX e YY, naquilo que lhe for mais favorável, considerando o princípio de maior benefício dos padrões normativos.
- (E) Lei federal XX, desde que ela tenha cláusula de ultratividade, ainda que não tenha requerido a fruição do direito prestacional até a edição da Lei federal YY.

47

João foi notificado pelo Poder Executivo do Município Alfa, tomando conhecimento de que, após um amplo processo de seleção, o seu imóvel fora escolhido para sediar uma escola pública.

Nesse caso, para que a decisão do Poder Executivo possa se tornar efetiva, é necessário que João, observados os balizamentos legais

- (A) receba justa e prévia indenização em dinheiro.
- (B) celebre contrato de compra e venda com o Município.
- (C) receba justa indenização ao fim do processo de desapropriação.
- (D) indique o preço do imóvel, de modo que possa ser indenizado pelo Município Alfa.
- (E) defina o valor do imóvel juntamente com o Município, valendo-se de mecanismos de solução não contenciosa.

48

Maria pretendia construir uma casa em terreno de sua propriedade. Após conferir os requisitos exigidos pela legislação, contando ainda com um engenheiro responsável, foi surpreendida com o indeferimento, pelo diretor do órgão competente do Município Alfa, do pedido de licença para construir. De acordo com a decisão, não era “conveniente” para o Município a concessão da licença, embora a legislação fosse expressa no sentido de que se tratava de ato vinculado.

À luz desse quadro, a ação constitucional passível de ser utilizada por Maria é

- (A) a reclamação.
- (B) a ação popular.
- (C) a ordem de legalidade.
- (D) a petição constitucional.
- (E) o mandado de segurança.

49

Maria e Joana travaram intenso debate a respeito do conceito de cidadania, mais especificamente sobre os requisitos a serem preenchidos para a aquisição dessa situação jurídica e daqueles que não podem possuí-la. Ao final, concluíram que

- (A) brasileiros natos a adquirem com o nascimento, e os naturalizados com o deferimento do pedido de naturalização.
- (B) brasileiros, natos e naturalizados, e estrangeiros que se encontrem no território nacional, a possuem.
- (C) os conscritos, durante o período de serviço militar obrigatório, não a possuem.
- (D) os analfabetos e os estrangeiros não a possuem.
- (E) somente os brasileiros natos a possuem.

50

João, destacado líder sindical do Estado Alfa, iniciou uma intensa campanha junto à população, visando à criação do Estado Beta a partir do desmembramento de parte do território de Alfa. Logo no início dessa campanha, foi orientado a se consultar com um advogado a respeito dos requisitos a serem observados para que isto fosse possível.

O advogado consultado respondeu corretamente que

- (A) deve prevalecer a autonomia política do Estado Alfa, exigindo-se apenas a edição de lei complementar estadual autorizando o desmembramento.
- (B) o desmembramento, com a formação do Estado Beta, exige aprovação da população diretamente interessada, por meio de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.
- (C) deve prevalecer a autonomia política do Estado Alfa, exigindo-se a aprovação da população diretamente interessada e a edição de lei complementar estadual autorizando o desmembramento.
- (D) o desmembramento exige aprovação da população diretamente interessada, por meio de plebiscito, e a promulgação de emenda constitucional, de modo que o Estado Beta seja inserido na federação.
- (E) o desmembramento exige a aprovação da população diretamente interessada, a edição de lei complementar estadual autorizando-o e a promulgação de emenda constitucional alterando a composição da federação.

51

João, professor de direito constitucional, informou aos seus alunos que pertencem à União as terras públicas que, em primeiro lugar, não tenham recebido destinação do Poder Público e que jamais integraram o patrimônio de um particular, ainda que este último se encontre irregularmente na sua posse. Para que sejam de propriedade da União, essas terras ainda devem ser indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares, das vias federais de comunicação e à preservação ambiental, definidas em lei.

À luz da sistemática constitucional, João referiu-se

- (A) às terras devolutas.
- (B) às terras dominicais.
- (C) aos terrenos de marinha.
- (D) à plataforma continental.
- (E) às terras de preservação, defesa e segurança.

52

João tencionava ingressar na sociedade de economia mista federal WW e tinha dúvidas em relação à sua sujeição, ou não, ao teto remuneratório constitucional. Afinal, receava que uma remuneração elevada pudesse ser simplesmente “cortada” na parte que ultrapassasse o teto, reduzindo drasticamente o que iria receber.

Ao procurar um advogado, foi-lhe informado corretamente que o teto remuneratório constitucional

- (A) incide na integralidade da Administração Pública direta e indireta, incluindo a sociedade de economia mista WW.
- (B) não incide, em hipótese alguma, nas sociedades de economia mista, desenvolvam, ou não, atividade econômica em sentido estrito.
- (C) somente incide nas sociedades de economia mista que recebam recursos da União para pagamento de despesas de capital.
- (D) somente incide nas sociedades de economia mista que recebam recursos da União para pagamento de despesas de pessoal ou de custeio em geral.
- (E) somente incide nas sociedades de economia mista que recebam recursos da União para pagamento de despesas de pessoal, de capital ou de custeio em geral.

53

Com a aproximação do fim do exercício financeiro, o Presidente da República questionou um assessor sobre a necessidade de serem apresentadas contas referentes ao exercício anterior.

O assessor respondeu corretamente que o Presidente da República

- (A) por força do princípio da separação dos poderes, não deve prestar contas a outro órgão.
- (B) deve prestar contas ao Senado Federal, no prazo de trinta dias, caso seja instado a tanto.
- (C) deve prestar contas anuais ao Tribunal de Contas, dentro de trinta dias após o término do exercício financeiro.
- (D) deve prestar contas anuais à Câmara dos Deputados, dentro de trinta dias após a abertura da sessão legislativa.
- (E) deve prestar contas anuais ao Congresso Nacional, dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.

54

O Governador do Estado Alfa editou decreto criando uma extensa unidade de conservação ambiental (UCA) em área pública pertencente ao Estado. Anos depois, com o desenvolvimento do entorno, o Chefe do Poder Executivo consultou sua assessoria a respeito da possibilidade de desafetá-la, de modo a possibilitar o aproveitamento econômico do local.

À luz da sistemática constitucional, a assessoria respondeu corretamente que

- (A) apenas mediante lei pode ser promovida a desafetação da área.
- (B) apenas após consulta à Assembleia Legislativa pode ser promovida a desafetação da área.
- (C) a criação da UCA produz efeitos em caráter perpétuo, não sendo possível a desafetação da área.
- (D) apenas mediante autorização da União, pelo Ministério competente, pode ser desafetada a área.
- (E) o princípio da paridade das formas permite que decreto do Chefe do Poder Executivo promova a desafetação da área.

55

Joana, Deputada Federal, consultou sua assessoria a respeito da possibilidade de ser apresentado projeto de lei visando à proteção das pessoas com deficiência, o qual seria direcionado à adoção de medidas de caráter essencialmente preventivo.

A assessoria respondeu corretamente que

- (A) compete concorrentemente à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar sobre a matéria, inclusive com a adoção de medidas de caráter preventivo.
- (B) compete privativamente à União legislar sobre a matéria, sendo possível que a lei preveja tanto medidas de caráter preventivo, como medidas de natureza repressiva.
- (C) compete privativamente à União legislar sobre a matéria, sendo que a medida alvitada, de caráter preventivo, afrontaria a isonomia, já que as demais pessoas não teriam proteção semelhante.
- (D) compete privativamente aos Municípios legislar sobre a matéria, isso por se tratar de matéria de interesse predominantemente local, podendo adotar medidas de caráter preventivo e repressivo.
- (E) as pessoas com deficiência podem receber tratamento diferenciado apenas nas hipóteses expressamente autorizadas pela Constituição, o que é insuscetível de ampliação pela legislação infraconstitucional.

Noções de Direito Penal, Processual Penal e Legislação Extravagante

56

Paulo, assustado ao ouvir um barulho vindo da porta de sua casa, e supondo tratar-se de um ladrão, pega sua arma e dispara 5 tiros sem indagar quem estaria do outro lado da porta. Após os disparos, abre a porta e se depara com seu tio, que fora visitá-lo sem avisar, morto no chão.

Com relação à teoria do erro, pode-se dizer que estamos diante de uma hipótese de

- (A) erro sobre a pessoa.
- (B) erro na execução.
- (C) erro de tipo permissivo.
- (D) resultado diverso do pretendido.
- (E) erro provocado por terceiro.

57

Leandro saiu para passear com seu cachorro, da raça Pitbull e, quando estava voltando pra casa, se depara com Jonas, seu antigo desafeto. Ao ver seu inimigo, ataca seu cachorro para atacá-lo. Diante da agressão injusta, Jonas saca sua arma e atira no cachorro, matando o animal.

Com relação à situação jurídico-penal de Jonas, a tese defensiva que poderá ser alegada é

- (A) legítima defesa.
- (B) estado de necessidade.
- (C) exercício regular de direito.
- (D) estrito cumprimento do dever legal.
- (E) coação física irresistível.

58

Otávio, conhecido criminoso, é encontrado, durante cumprimento de Mandado de Busca e Apreensão em sua residência, de posse de 10 folhas de cheque falsificadas, todas em nome do BANCO AZUL, sendo certo que todas foram feitas em sua casa, a partir de seu computador pessoal.

Com relação à conduta criminosa de Otávio é correto afirmar que responderá pelo crime de

- (A) falsificação de documento particular.
- (B) falsificação de documento público.
- (C) falsidade ideológica.
- (D) uso de documento falso.
- (E) reprodução ou adulteração de selo ou peça filatélica.

59

A Lei dos Crimes Hediondos (8072/90) contempla tratamento mais rigoroso a diversos crimes nela previstos, tanto no seu artigo 1º, que prevê os crimes hediondos propriamente ditos, quanto no seu artigo 2º, que contempla os chamados crimes hediondos por equiparação. A caracterização de um crime como hediondo faz com que determinados institutos sejam vedados.

Dentre as proibições legais não está

- (A) fiança.
- (B) liberdade provisória.
- (C) graça.
- (D) indulto.
- (E) anistia.

60

Ao chegar a seu destino, Fabio, passageiro do táxi conduzido por Fernando, abre de maneira imprudente a porta do carro para descer, sem olhar para o tráfego de veículos na pista. A porta, ao se abrir, acaba por atingir a moto de João, que conduzia seu veículo dentro da velocidade permitida para a via. Em razão da colisão, João sofre fraturas no punho e na perna, ficando incapacitado para as ocupações habituais por 60 dias.

Em relação à responsabilização penal, é correto afirmar que Fabio responderá pelo crime de

- (A) lesão corporal culposa do Código de Trânsito, prevista no Art. 303 da Lei 9.503/97.
- (B) corporal grave, prevista no Art. 129 §1º, I do Código Penal, em razão da incapacidade para as ocupações habituais por mais de 30 dias.
- (C) lesão corporal culposa, prevista no Art. 129 § 6º do Código Penal.
- (D) tentativa de homicídio, em razão do dolo eventual ao abrir a porta do carro com imprudência.
- (E) lesão corporal culposa do Código de Trânsito, prevista no Art. 303 da Lei 9.503/97, com a agravante por ser passageiro do veículo.

61

Guilherme, 20 anos, criou um sítio na internet por meio do qual propaga técnicas para o cometimento de suicídio. Diante disso, veio a ser procurado por dois jovens, André, 13 anos, e Matheus, 12 anos, para que os orientasse como praticar uma técnica suicida indolor. Guilherme recomendou, por mensagens de texto, a utilização de um veneno de extrema letalidade. André e Matheus encontraram-se e juntos ingeriram a substância. André chegou ao hospital sem vida. Matheus ficou hospitalizado por 30 dias e sobreviveu, porém ficou acometido por paraplegia permanente.

Com base na dinâmica narrada, Guilherme deverá ser penalmente responsabilizado pelo crime de

- (A) homicídio em face de André e pelo crime de lesão corporal gravíssima em face de Matheus.
- (B) homicídio em face de André e pelo crime de induzimento, instigação ou auxílio ao suicídio ou a automutilação, em face de Matheus.
- (C) induzimento, instigação ou auxílio ao suicídio ou a automutilação em face de André e pelo crime de lesão corporal gravíssima em face de Matheus.
- (D) induzimento, instigação ou auxílio ao suicídio ou a automutilação, em face de André e de Matheus em concurso formal perfeito.
- (E) induzimento, instigação ou auxílio ao suicídio ou a automutilação, na modalidade consumada em face de André e na modalidade tentada em face de Matheus.

62

Vitor, à época um senhor de 68 anos, foi preso em flagrante ao ser abordado em *blitz* da policial militar dirigindo um veículo roubado, no dia 07 de setembro de 2018, pelo crime de receptação. Vitor foi denunciado, tendo a denúncia sido recebida em 05 de janeiro de 2019. Em 08 de novembro de 2020, Vitor foi condenado à pena privativa de liberdade de 1 ano. Como não foi interposto recurso de apelação, o processo transitou em julgado sem chegar à segunda instância. Após permanecer foragido, Vitor foi finalmente preso, tendo a execução penal se iniciado em 30 de janeiro de 2021.

Considerando as informações esposadas, assinale a afirmativa correta.

- (A) Não ocorreu extinção da punibilidade pela prescrição.
- (B) Ocorreu prescrição da pretensão executória.
- (C) Ocorreu prescrição intercorrente.
- (D) Ocorreu prescrição retroativa.
- (E) O crime em questão é imprescritível.

63

A sentença penal condenatória é composta por três partes: relatório, fundamentação e dispositivo. Após decidir pela condenação, o magistrado dá início à chamada dosimetria da pena que, nos termos do Art. 68 do Código Penal, obedece ao critério trifásico.

Assinale a afirmativa correta acerca das fases da aplicação da pena:

- (A) Na primeira fase, o magistrado deve levar em consideração as agravantes, na segunda fase, as causas de aumento e na terceira, as circunstâncias do Art. 59 do Código Penal.
- (B) Na primeira fase, o magistrado deve considerar as circunstâncias do Art. 59 do Código Penal, na segunda, as causas de diminuição de pena, e na terceira, as circunstâncias atenuantes.
- (C) A reincidência deve ser valorada negativamente pelo magistrado na primeira fase, enquanto os antecedentes devem ser sopesados na segunda, e na terceira devem ser analisadas as causas de diminuição de pena.
- (D) Na primeira fase, o magistrado deve considerar as causas de diminuição e aumento, na segunda, as atenuantes e agravantes, e na terceira, as circunstâncias do Art. 59 do CP.
- (E) Os antecedentes são analisados na primeira fase, a reincidência na segunda e as causas de aumento de pena na terceira fase.

64

Segundo o conceito analítico de crime, o instituto é composto por três elementos, quais sejam, o fato típico, a ilicitude ou antijuridicidade e a culpabilidade. O fato típico, por sua vez, é composto por conduta, resultado, nexo de causalidade e tipicidade.

Analise as proposições a seguir e assinale aquela que contém somente causas de exclusão da tipicidade.

- (A) Coação moral irresistível, estados de inconsciência e obediência hierárquica.
- (B) Coação física irresistível, estados de inconsciência e atos reflexos.
- (C) Coação física irresistível, estrito cumprimento do dever legal e estados de inconsciência.
- (D) Coação moral irresistível, estados de inconsciência e exercício regular de direito.
- (E) Coação física irresistível, obediência hierárquica e atos reflexos.

65

Nelson entrou em discussão com Júnior em razão de uma dívida. Júnior reagiu indignado e passou a agredir Nelson com um taco de beisebol, aplicando golpes na cabeça e no tórax. Nelson caiu desacordado, com forte sangramento na fronte. Assustado com o ocorrido, Júnior conduziu Nelson às pressas para que recebesse atendimento médico em unidade hospitalar próxima do local. Nelson teve grave hemorragia, porém sobreviveu graças a transfusão de sangue. Todavia, ficou paraplégico. Assinale a opção correta em relação à imputação em face da conduta praticada por Júnior.

- (A) Nelson deve responder por tentativa de homicídio em razão da desistência voluntária.
- (B) Nelson deve responder por tentativa de homicídio e lesão corporal gravíssima.
- (C) Nelson deve responder lesão corporal gravíssima em razão do arrependimento eficaz.
- (D) Nelson deve responder lesão corporal gravíssima, com a incidência de causa de diminuição pelo arrependimento posterior.
- (E) Nelson deve responder lesão corporal culposa em razão do arrependimento eficaz.

66

No dia 29 de junho de 2021, Maria, nascida em 20 de maio de 1944, foi vítima de um golpe, entregando a um estelionatário 10 mil reais, após ser induzida a erro pelo golpista. Hesita em procurar a polícia, mas o fato é comunicado à autoridade policial por uma vizinha da vítima.

A propósito do início do inquérito policial que apura o crime de estelionato, no caso em questão, é correto afirmar que a autoridade policial

- (A) só pode instaurar inquérito se houver representação da ofendida, pois o crime em questão é de ação penal pública condicionada.
- (B) pode instaurar inquérito independentemente da representação da ofendida, pois o crime de estelionato praticado contra maior de 70 anos é de ação penal pública incondicionada.
- (C) pode instaurar inquérito sem a representação da ofendida, independentemente de sua idade, pois em qualquer caso a ação penal no crime de estelionato é pública incondicionada.
- (D) pode instaurar inquérito sem a representação da ofendida, pois qualquer investigação criminal pode ser iniciada de ofício pela autoridade policial, não se exigindo manifestação da vítima.
- (E) só pode instaurar inquérito se houver requerimento da ofendida, pois o crime em questão é de ação penal privada.

67

Luan é indiciado em inquérito conduzido pela Polícia Civil que investiga a prática do crime de tráfico de drogas, delito previsto no Art. 33 da Lei 11.343/06. Responde ao inquérito em liberdade. Quanto ao prazo de duração, é correto dizer que o inquérito em questão deve ser concluído em

- (A) 90 dias, podendo esse prazo ser duplicado pelo juiz mediante pedido justificado da autoridade policial, ouvido o Ministério Público.
- (B) 30 dias, podendo esse prazo ser duplicado pelo juiz mediante pedido justificado da autoridade policial, ouvido o Ministério Público.
- (C) 15 dias, podendo esse prazo ser duplicado pelo juiz mediante pedido justificado da autoridade policial, ouvido o Ministério Público.
- (D) 10 dias, podendo esse prazo ser duplicado pelo juiz mediante pedido justificado da autoridade policial, ouvido o Ministério Público.
- (E) 30 dias, não podendo esse prazo ser duplicado.

68

Durante as investigações da prática de crimes de corrupção ativa e passiva, delitos previstos no Art. 317 e 333 do Código Penal, a autoridade policial representou pela interceptação dos ramais telefônicos de dois investigados.

Sobre a medida de interceptação telefônica, aponte a afirmação correta.

- (A) O juiz deve decidir o pedido no prazo de 48 horas.
- (B) Durante a fase de investigação criminal, apenas o delegado de polícia pode requerer a interceptação.
- (C) Preenchidos seus requisitos, a interceptação das comunicações telefônicas não poderá exceder o prazo de quinze dias, sem possibilidade de renovação.
- (D) A interceptação é admissível no caso de crime punido com pena de detenção ou reclusão.
- (E) Preenchidos seus requisitos, a interceptação das comunicações telefônicas não poderá exceder o prazo de quinze dias, renovável por igual período quando ficar comprovada sua indispensabilidade.

69

No curso de inquérito que investigava a prática do crime de falsificação de documento público descrito no Art. 297 do Código Penal, a autoridade policial representou pela realização de busca domiciliar no endereço de um dos investigados com a finalidade de apreender as contrafações e localizar objetos necessários à investigação. A medida foi autorizada pelo juiz competente, sendo expedido o respectivo mandado.

Nesse caso, é correto afirmar acerca da busca e apreensão que

- (A) no cumprimento de mandado a busca pode ser realizada a qualquer hora do dia ou da noite.
- (B) o mandado de busca deve ser certo e determinado, indicando a casa em que será realizada a diligência e o nome do respectivo proprietário ou morador, assim como mencionar o motivo e os fins da diligência.
- (C) após ingressarem na casa e efetuarem as buscas, os executores deverão mostrar e ler o mandado ao morador.
- (D) finda a diligência, os executores lavrarão auto circunstanciado, assinando-o com uma testemunha presencial.
- (E) o Código de Processo Penal autoriza que o mandado seja indeterminado, sem a necessidade de especificação da casa a ser objeto da diligência, o que preserva o interesse público na apuração da verdade real.

70

Sobre a prisão preventiva, é correto afirmar que

- (A) o juiz pode decretar a prisão preventiva de ofício, desde que a denúncia já tenha sido recebida.
- (B) é admitida a decretação da prisão preventiva para os crimes culposos.
- (C) a lei exige, para a decretação da prisão preventiva, a existência de perigo gerado pelo estado de liberdade do imputado.
- (D) a prisão preventiva pode funcionar como mecanismo de antecipação da pena privativa de liberdade quando houver gravidade em abstrato do crime.
- (E) a prisão preventiva não pode ser decretada no curso do inquérito policial.

Noções de Direito Administrativo

71

Em matéria de organização administrativa, centros de competência especializada dispostos na intimidade de uma pessoa jurídica de direito público, com a intenção de garantir especialização nas atividades prestadas e maior eficiência são chamados

- (A) autarquias, que têm personalidade jurídica.
- (B) fundações privadas, que não têm personalidade jurídica.
- (C) órgãos públicos, que não têm personalidade jurídica.
- (D) fundações públicas, que têm personalidade jurídica.
- (E) entidades administrativas, que têm personalidade jurídica.

72

João, Escrivão de Polícia do Estado Alfa, com intuito de dar publicidade aos atos e serviços da delegacia de polícia onde está lotado, propôs ao Delegado Titular a elaboração de folhetos, custeados pelo Estado, a serem distribuídos no bairro, com o nome e a foto de cada policial que trabalha na delegacia, descrevendo suas funções e com elogios por suas atuações funcionais.

Em resposta, o delegado titular informou corretamente que a iniciativa

- (A) encontra respaldo na Constituição da República, que exige que campanhas desse tipo tenham caráter educativo, informativo ou de orientação social, mas não pode ser usado dinheiro público.
- (B) encontra respaldo na Constituição da República, que exige que campanhas desse tipo tenham caráter educativo, informativo ou de orientação social, e pode ser usado dinheiro privado ou público.
- (C) encontra respaldo na Constituição da República, eis que compatível com os princípios da publicidade e transparência, desde que os policiais estejam devidamente identificados com nome e matrícula.
- (D) não encontra respaldo na Constituição da República, que exige que campanhas desse tipo tenham caráter educativo, informativo ou de orientação social, delas não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.
- (E) não encontra respaldo na Constituição da República, haja vista que a campanha, apesar de atender ao princípio da publicidade, não tem caráter ou de orientação social, e é irrelevante a inclusão de nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

73

O Delegado-Geral de Polícia Civil do Estado Alfa, por se encontrar sobrecarregado de serviço, deseja delegar para o Delegado-Geral Adjunto competência para edição de atos de caráter normativo no âmbito da instituição.

Levando em consideração que a legislação estadual sobre processo administrativo, em matéria de delegação de competência, reproduz o texto da Lei Federal nº 9.784/99, a delegação pretendida é

- (A) legal, pois se trata de ato administrativo discricionário, que pode ser revogado a qualquer tempo.
- (B) legal, pois se trata de ato administrativo discricionário, que não implica renúncia de competência.
- (C) legal, pois se trata de ato administrativo vinculado, que implica renúncia de competência.
- (D) ilegal, pois é vedada a delegação de competência, em qualquer caso, pela chefia institucional, em respeito ao poder hierárquico.
- (E) ilegal, pois, apesar de ser possível, em regra, delegação de competência, o ordenamento jurídico prevê que não pode ser objeto de delegação a edição de atos de caráter normativo.

74

O Estado Beta, por meio de sua Polícia Civil, celebrou contrato administrativo para aquisição de insumos que serão utilizados por seus órgãos de polícia técnica e científica. Ocorre que a sociedade empresária contratada descumpriu a legislação de regência e o próprio contrato, de maneira que, observadas as formalidades legais, lhe foram aplicadas sanções administrativas.

No caso em tela, de acordo com a doutrina de Direito Administrativo, a imposição das citadas penalidades administrativas pelo poder público estadual sobre a sociedade empresária decorreu diretamente do poder administrativo

- (A) de polícia.
- (B) de perícia.
- (C) hierárquico.
- (D) disciplinar.
- (E) regulamentar.

75

Em matéria de classificação do bem público quanto à sua destinação, uma Delegacia de Polícia Civil situada no Centro da cidade de Manaus é classificada como bem

- (A) de uso especial, que é utilizado para prestação de serviço público pelo Estado aos cidadãos.
- (B) de uso comum do povo, que é utilizado ou colocado à disposição de toda população.
- (C) dominical, que é utilizado no serviço de segurança pública oferecido pelo Estado aos cidadãos.
- (D) desafetado, que é usado com a finalidade específica de prestação de serviço público pelo Estado aos cidadãos.
- (E) de uso extraordinário, que é utilizado ou colocado à disposição de toda população.

76

Em tema de controle da administração pública, de acordo com o texto constitucional, é correto afirmar que a Polícia Civil do Estado do Amazonas, a título de controle externo, se submete a inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, pela(o)

- (A) Assembleia Legislativa, com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado.
- (B) Ministério Público do Estado, com o auxílio da Controladoria-Geral do Estado.
- (C) Controladoria-Geral do Estado, com auxílio da Assembleia Legislativa.
- (D) Tribunal de Contas do Estado, com o auxílio da Defensoria Pública do Estado.
- (E) Governadoria do Estado, com o auxílio do Ministério Público do Estado.

77

José, Escrivão de Polícia Civil do Estado Gama, no exercício da função de atestar o recebimento de bens contratados, recebeu, de forma dolosa, vantagem econômica direta, consistente em propina no valor de cem mil reais em dinheiro, para fazer declaração falsa sobre quantidade e qualidade de coletes balísticos fornecidos à Polícia Civil pela sociedade empresária Beta, por força de contato administrativo.

Consoante dispõe a Lei de Improbidade Administrativa (com as alterações introduzidas pela Lei nº 14.230/21), José

- (A) não praticou ato de improbidade administrativa, pois se aplicam as sanções previstas na Lei Anticorrupção.
- (B) não praticou ato de improbidade administrativa, pois se aplicam as sanções previstas no Código Penal.
- (C) praticou ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito e está sujeito, entre outras, às sanções de cassação dos direitos políticos e perda da função pública.
- (D) praticou ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário e está sujeito, entre outras, às sanções de perda da função pública e proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, pelo prazo de oito anos.
- (E) praticou ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito e está sujeito, entre outras, às sanções de suspensão dos direitos políticos até catorze anos e pagamento de multa civil equivalente ao valor do acréscimo patrimonial.

78

Maria, Escrivã de Polícia Civil do Estado Gama, no exercício da função, no bojo de um inquérito policial, ao digitar um ato de indiciamento cujo conteúdo estava sendo ditado pelo Delegado Titular, de forma dolosa, com objetivo de prejudicar André, seu antigo desafeto, inseriu a qualificação completa de André como sendo indiciado. Mesmo sabendo que André não tinha qualquer relação com os fatos investigados, Maria induziu a Autoridade Policial a erro. Meses depois, André foi citado em ação penal e, após se inteirar dos fatos, conseguiu reunir provas não apenas de sua inocência, mas também de que se tratou de uma armação dolosamente feita por Maria.

Eventual ação indenizatória manejada por André deverá ser ajuizada em face da(o)

- (A) Polícia Civil do Estado Gama, por sua responsabilidade civil objetiva, assegurado o direito de regresso em face de Maria.
- (B) Polícia Civil do Estado Gama, por sua responsabilidade civil subjetiva, vedado o direito de regresso em face de Maria.
- (C) Estado Gama, por sua responsabilidade civil objetiva, assegurado o direito de regresso em face de Maria.
- (D) Estado Gama, por sua responsabilidade civil subjetiva, assegurado o direito de regresso em face de Maria.
- (E) Maria, por sua responsabilidade civil objetiva, vedado o direito de regresso em face do Estado Gama.

79

Em fevereiro de 2022, a Polícia Civil do Estado Delta pretende realizar a aquisição de determinados equipamentos que só podem ser fornecidos por representante comercial exclusivo. Tendo em vista que a contratação será regida pela nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/21), o caso em tela é hipótese de incidência de

- (A) prévia licitação, na modalidade pregão.
- (B) prévia licitação, na modalidade concorrência.
- (C) prévia licitação, na modalidade diálogo competitivo.
- (D) dispensa de licitação, por expressa previsão legal.
- (E) inexigibilidade de licitação, pois é inviável a competição.

80

João, Escrivão de Polícia Civil do Estado do Amazonas, chefe do setor de cartório da delegacia, com vontade livre e consciente, no exercício da função, coagiu seus subordinados na delegacia com objetivos político-partidários.

De acordo com o Estatuto da Polícia Civil do Estado do Amazonas (Lei Estadual nº 2.271/1994), em tese, João praticou transgressão disciplinar de natureza

- (A) leve e, após regular processo administrativo disciplinar, está sujeito à pena de advertência.
- (B) média e, após regular processo administrativo disciplinar, está sujeito à pena de suspensão de trinta a noventa dias.
- (C) média e, após regular processo administrativo disciplinar, está sujeito à pena de suspensão de onze a trinta dias.
- (D) grave e, após regular processo administrativo disciplinar, está sujeito à pena de suspensão de trinta a noventa dias.
- (E) grave e, após regular processo administrativo disciplinar, está sujeito à pena de demissão.

Questão Discursiva

Sérgio, casado com Joana, possui um relacionamento extraconjugal com Marcela. No início de 2022, passados 2 anos do início da relação, Marcela procura Sérgio afirmando estar grávida. Assustado com a informação, Sérgio reage dizendo que a gestante precisaria abortar, pois ele não poderia ter filhos de outra relação que não fosse de seu casamento. Marcela comunica que não pensa em cometer aborto, informando que pretende continuar a gravidez. Inconformado, Sérgio decide interromper a gestação mesmo contra a vontade de sua amante. Assim é que, sem que Marcela soubesse, coloca medicamento abortivo na bebida da gestante, provocando a morte do feto. Sentindo fortes dores abdominais, Marcela desmaia. Assustado, Sérgio toma a amante em seus braços e a leva para o hospital.

Lá chegando, o casal é atendido pelo médico Guilherme, que leva Marcela para a sala de cirurgia às pressas. Durante o procedimento cirúrgico para extrair o feto já morto em razão da medicação ingerida, Guilherme, por imperícia, acaba provocando a morte de Marcela. A ocorrência é comunicada à autoridade policial, que instaura inquérito para apurar os fatos e representa pela decretação da prisão preventiva do médico Guilherme.

Com base nas informações apresentadas e exclusivamente em relação às condutas de Sérgio e Guilherme, responda as perguntas abaixo:

- a) **Aponte os crimes praticados por Sérgio e Guilherme. Fundamente sua resposta.**
- b) **De acordo com o previsto no Código de Processo Penal, seria cabível a decretação da prisão preventiva de Guilherme? Fundamente sua resposta.**
- c) **Com base nas alterações processuais penais recentes, findas as investigações, não sendo o caso de arquivamento, o Ministério Público poderia oferecer Acordo de não Persecução Penal a Sérgio? Fundamente sua resposta.**

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

Realização

